

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.838.524 - SP (2019/0277575-0)

RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
RECORRENTE : MUNICIPIO DE ANDRADINA
PROCURADOR : VANESSA CRISTINA FREIRE E OUTRO(S) - SP392766
RECORRIDO : EDMILSON DOS SANTOS
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE0000000M

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. DESPESAS COM O ATO CITATÓRIO. RECOLHIMENTO PRÉVIO PELA FAZENDA PÚBLICA. DESNECESSIDADE. JURISPRUDÊNCIA PACÍFICA. RECURSO PROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo MUNICÍPIO DE ANDRADINA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, no qual discute a responsabilidade pelo pagamento das despesas com a carta citatória.

Sem contrarrazões (fl. 46).

Passo a decidir.

Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC (Enunciado n. 3 do Plenário do STJ).

Considerado isso, importa destacar que a Fazenda Pública não é obrigada ao recolhimento prévio das custas judiciais, a exemplo das despesas de postagem de carta citatória, as quais serão ressarcidas, ao final, pela parte sucumbente.

A respeito, a Primeira Seção já externou que "o Sistema Processual exonera a Fazenda Pública de arcar com quaisquer despesas, pro domo sua, quando litiga em juízo, suportando, apenas, as verbas decorrentes da sucumbência (artigos 27 e 1.212, parágrafo único, do CPC). Tratando-se de execução fiscal, é textual a lei quanto à exoneração, consoante se colhe dos artigos 7º e 3 da Lei nº 6.830/80, por isso que, enquanto não declarada inconstitucional a lei, cumpre ao STJ velar pela sua aplicação. A isenção de que goza a Fazenda Pública, nos termos do art. 39 da Lei de Execuções Fiscais, está adstrita às custas efetivamente estatais, cuja natureza jurídica é de taxa judiciária, consoante posicionamento do Pretório Excelso (RE 108.845), sendo certo que os atos realizados fora desse âmbito, cujos titulares sejam pessoas estranhas ao corpo funcional do Poder Judiciário, como o leiloeiro e o depositário, são de responsabilidade do autor exequente, porquanto essas despesas não assumem a natureza de taxa, estando excluídas, portanto, da norma insculpida no art. 39 da LEF. Diferença entre os conceitos de custas e despesas processuais" (REsp 1107543/SP, repetitivo, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 24/03/2010, DJe 26/04/2010).

Sobre o tema, ainda:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. PROCEDIMENTO CITATÓRIO. RESPONSABILIDADE DA SERVENTIA JUDICIÁRIA. ART. 152, II, DO CPC. RECOLHIMENTO DE CUSTAS PARA ATO CITATÓRIO. DISPENSADO RECOLHIMENTO PARA FAZENDA

Superior Tribunal de Justiça

PÚBLICA. MATÉRIA DISCUTIDA PELO RITO DOS REPETITIVOS.

1. Cinge-se a controvérsia em saber quem deve efetivar o procedimento de citação, uma vez que as despesas de serviços postais não estariam incluídas nos valores iniciais das custas judiciais da Execução Fiscal.

2. A Primeira Seção do STJ, ao apreciar o REsp 1.107.543/SP e o Resp 1.144.687/RS, ambos submetidos à sistemática prevista no art. 543-C do CPC/1973, pacificou o entendimento no sentido de que a Fazenda Pública, em Execução Fiscal, está dispensada do recolhimento antecipado das custas para a realização do ato citatório, as quais serão recolhidas, ao final, pelo vencido, nos termos dos arts. 27 e 39 da Lei 6.830/80.

[...]

5. Recurso Especial provido.

(REsp 1830325/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 10/09/2019, DJe 11/10/2019)

No mesmo sentido, dentre outros: REsp 1817693/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 27/08/2019, DJe 05/09/2019; REsp 1778801/SP, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/12/2018, DJe 13/12/2018; REsp 1772000/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/12/2018, DJe 19/12/2018; AgRg no REsp 1483350/MG, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 20/11/2014, DJe 26/11/2014.

Ante o exposto, DOU PROVIMENTO ao recurso especial para dispensar o Município de Andradina do prévio pagamento das despesas com a postagem da carta citatória.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

Ministro BENEDITO GONÇALVES

Relator